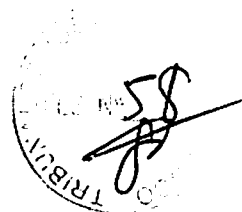




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

222



**HABEAS CORPUS Nº 0004332-16.2010.8.17.0000 (0210627-8)**

IMPETRANTE: Bel. Severino Ramos de Oliveira

PACIENTE: Valdemir Júlio da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

5,729

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ROUBO. ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. NÃO COMPROVAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. ARGUMENTO SUPERADO. FEITO CONCLUSO PARA SENTENÇA. FINDA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA Nº 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não tendo o impetrante instruído a presente impetração com qualquer documentação apta a comprovar as condições subjetivas favoráveis do réu, não faz este jus à concessão do benefício da liberdade provisória;
2. De qualquer modo, ainda que o paciente tivesse comprovado que preenchia os requisitos necessários à concessão do benefício da liberdade provisória, esta não seria viável, já que presente um dos motivos justificadores da prisão preventiva, tendo em vista que o magistrado *a quo* reconheceu a necessidade de garantia da ordem pública;
3. Verificando-se que a instrução criminal já foi encerrada, porquanto o feito encontra-se em fase de alegações finais, resta, portanto, superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, consoante se extrai do teor da súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça;
4. Ordem denegada. Decisão Unânime.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**



223

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004332-16.2010.8.17.0000 (0210627-8), em que figura como impetrante o Advogado Severino Ramos de Oliveira e como paciente Valdemir Júlio da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 02 de junho de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de junho de 2010.

  
**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

224

**HABEAS CORPUS Nº 0004332-16.2010.8.17.0000 (0210627-8)**

IMPETRANTE: Bel. Severino Ramos de Oliveira

PACIENTE: Valdemir Júlio da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

O Advogado Severino Ramos de Oliveira impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Valdemar Júlio da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Condado/PE, acusado da prática do crime previsto no art. 157 do Código Penal Brasileiro.

Sustenta o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, pois se encontra preso em flagrante delito desde o dia 12.02.2009, sem que, até o presente momento, tenha a instrução criminal sido encerrada.

Alega, ainda o impetrante que o paciente possui bom comportamento social, profissão definida e não possui antecedentes criminais.

A inicial não veio instruída com qualquer documento.

Decisão Interlocutória, às fls. 11/12, indeferindo pedido de liminar e solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que apresentou o ofício de fls. 19/20, dando conta de que não consta naquela comarca nenhum registro com o nome indicado pelo impetrante.

Através do despacho de fl. 25, foi solicitado ao causídico impetrante que indicasse o número do processo criminal, objeto deste *writ*, bem como a correta grafia do nome do paciente.

1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



225

Em resposta ao despacho supracitado, o paciente informou que o correto nome do Paciente é Valdemir Júlio da Silva e que o nº do processo é 0000099-32.2009.8.17.0510.

Solicitadas novas informações à autoridade impetrada, esta apresentou o ofício de fls. 40/41, acompanhado dos documentos de fls. 42/43.

Em parecer de fls. 47/49, o Ministério Público, através da Douta Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, acusado de praticar o delito de roubo, tipificado no art. 157, do CPB.

Extrai-se das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora que o paciente é acusado da prática de vários crimes de roubo qualificado na comarca de Condado. Tal fato revela que o paciente está completamente inserido no mundo do crime, existindo possibilidade concreta de reiteração criminosa, tal circunstância, conforme afirmou o magistrado *a quo* (fls. 40/41), torna evidente a necessidade de assegurar a ordem pública.

Saliente-se, ademais, que o impetrante não instruiu a presente impetração com qualquer documentação apta a comprovar as condições subjetivas favoráveis do réu.

De qualquer modo, ainda que o paciente tivesse comprovado que preenchia os requisitos necessários à concessão do benefício da liberdade provisória, esta não seria viável, já que presente um dos motivos justificadores da prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

226

Pois bem.

Quanto ao sustentado retardo da marcha processual, compreendo que este se encontra superado.

Infere-se das informações apresentadas pelo MM. Juiz de Direito de primeiro grau, que o feito encontra-se com vista ao Ministério Público para o oferecimento das alegações finais.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, verificou-se que o Ministério Público e a defesa do acusado já ofertaram as alegações finais e que o processo encontra-se, atualmente, concluso para a prolação de sentença.

Desta forma, verifica-se que a instrução criminal já foi encerrada, encontrando-se, portanto, superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, consoante se extrai do teor da súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça:

“ENCERRADA A INSTRUÇÃO  
CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE  
CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO.”

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 02 de junho de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator